

A mobilização das mulheres estadunidenses na Primeira Guerra Mundial: as disputas por espaços de atuação como ampliação dos direitos civis

The mobilization of U.S. women during the First World War: struggles for a greater scope of action as an expansion of civil rights

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Professora do Departamento de História/Universidade Estadual do Centro-Oeste.

lucianarf@gmail.com



JENSEN, Kimberly.
Mobilizing Minerva: American women in the First World War. Urbana: University of Illinois Press, 2008. 244p.

A historiadora Kimberly Jensen, em *Mobilizing Minerva: American Women in the First World War*, trata da participação das mulheres estadunidenses na mobilização e no esforço para a Primeira Guerra Mundial nos EUA e na Europa, discutindo essa participação como elemento de ampliação da cidadania na *Progressive Era* e de fortalecimento do ativismo antiviolença contra as mulheres, em um contexto anterior ao conflito.

Escrito para dar visibilidade à complexa relação entre feminismo e cidadania durante a Primeira Guerra Mundial, com uma narrativa voltada para os mundos acadêmico e leigo, o texto também pode interessar a pesquisadores que analisam gênero, violência e trabalho, principalmente em relação às médicas e enfermeiras.

O livro traz à cena três formas da mobilização feminina no período: *women-at-arms*, *women physicians* e *women nurses*. A primeira remete àquelas mulheres que, durante o período da guerra, começaram a aprender a manusear armas, a participar de clubes de tiro, e a adquirir armamentos para defesa pessoal. A autora lembra que esse grupo era constituído por mulheres comuns, e por outras que começaram a participar de grupos paramilitares nos EUA; já as médicas e as enfermeiras acabaram mobilizando-se no *front* europeu. Jensen sustenta que as três categorias de mulheres engajadas tinham reivindicações conscientes quanto à incorporação no conflito mundial como uma tentativa de oficializar a atuação civil e política de mulheres dentro dos EUA.

Jensen trabalha, em sua pesquisa, com uma ampla documentação, que vai desde documentos públicos, literatura, jornais feministas ou não, relatórios militares, médicos, até documentos de clubes de tiro masculinos e femininos de várias regiões dos EUA. Esse aprofundado rastreamento realizado pela autora mostra não só a desigualdade de gênero, mas uma desigualdade imersa numa cultura marcada por latente violência e vontade de produzir estratégias para controlar os avanços progressivos advindos, principalmente, das lutas feministas.

Apesar de a historiadora mencionar autores de trabalhos empíricos recentes sobre violência, guerra, trabalho e gênero, ela não discute a teoria de gênero, embora essa questão passe

transversalmente pelo texto e se encontre diluída. Nesse sentido, embora seja uma leitura interessante e satisfatória, percebe-se que a discussão de gênero poderia ter sido mais bem aproveitada do ponto de vista teórico em relação ao grande número de fontes e análises feitas pela autora.

Em oito capítulos, Jensen entrecruza *women-at-arms*, *women physicians* e *women nurses* com as categorias de raça e classe, discutindo, por exemplo, a complexidade da atuação de mulheres negras em corporações médicas durante a Primeira Guerra Mundial. Ela analisa também as tensões nas relações de trabalho, na interlocução das mulheres mobilizadas com a imprensa e com o poder público, que marcava e tornava visível a desigualdade de gênero nas suas mais variadas formas, desde as físicas (como os estupros), quanto às psicológicas (agressões e assédios verbais).

A vontade de poder e de censura sobre as reivindicações feministas, ainda antes da guerra, são para Jensen o prelúdio da antipatia e da agressividade quanto à participação civil e política de mulheres nos EUA. Prova disso é a Suffrage Parade de 1913, em Washington, DC, na qual o público e a polícia hostilizaram ativistas que desfilavam a favor do sufrágio feminino. A desordem e a violência física e psicológica contra as mulheres evidenciaram uma cultura nacional de violência, perpassada também por categorias de raça e classe.

Assim, ações e táticas de mulheres que viveram no entorno e dentro da Primeira Guerra Mundial são apresentadas como instrumentos de reivindicação de espaços de poder. A autora mostra que, naquele período, as disputas emancipatórias não estavam restritas apenas às sufragistas e sua luta em prol do direito ao voto, dirigindo-se também a questões mais amplas, especialmente aquelas voltadas para a defesa do direito de mulheres em atuar nos espaços públicos, na tentativa de buscar a equidade de gênero em diferentes espaços de poder assim como de relações sociais em um “novo nível para igualdade”(p.VIII). Nesse sentido, a mobilização nacional para a guerra foi vista como uma vantagem, uma vez que ampliava e incorporava a atuação das mulheres, percebida como uma necessidade, no trabalho da indústria, na agricultura e no mundo militar. O serviço estatal pode ter sido considerado um componente vital de ampliação de cidadania. O engajamento representava a luta mais ampla em defesa do direito feminino de atuar nos espaços públicos, de proteção contra a violência, dos direitos de trabalhar, estudar, manejar armas, servir militarmente, na tentativa de buscar a equidade de gênero. No entanto, diversos setores sociais, na mesma época, buscaram a restituição dos papéis tidos como tradicionais de homens e de mulheres, nos relacionamentos presentes em diferentes discursos pulverizados na sociedade. Dentre eles, se destacava o medo da revolução, da mudança na sociedade estadunidense, fosse ela feminista, bolchevista, racial ou étnica, por meio dos imigrantes, dando ao contexto um tom repressivo e culturalmente violento, inspirando vigilância e limitações legalizadas para estes grupos.

Nesse sentido, uma questão fundamental que a autora pontua é o entrecruzamento das lutas civis de mulheres mobilizadas com o contexto de violência contra as mulheres no próprio esforço de guerra. Fossem elas mulheres em armas, enfermeiras ou médicas do Exército, não tinham direito de fazer parte da hierarquia militar (enfermeiras) nem de obter patentes de oficiais ou ainda conseguir as mesmas condições de trabalho (médicas) que seus colegas homens. Desenvolvia-se, assim, uma dupla luta para acessar a hierarquia militar, e, ao mesmo tempo, para tornar mais seguras e igualitárias as relações de gênero, frente à violência contra as mulheres

na instituição militar e fora dela. Durante esse processo, nas relações interpessoais que foram se estabelecendo hierarquicamente no Exército entre homens e mulheres, ao buscar ocupar esses espaços e agir neles, elas desafiaram a tradicional barganha de gênero dos homens como 'protetores' e as mulheres como 'protegidas'. O que não quer dizer que tenham sido vitoriosas de forma imediata por meio da força de alterações na lei (conquistadas anos mais tarde). Para a autora, tais mulheres, ao ocupar esses espaços e reivindicar melhores condições, forçaram alterações no mundo militar, até então exclusivamente masculino, mesmo que o preço pago tenha sido alto, por meio de tensas demonstrações de hostilidades nos locais de trabalho.

A autora descreve e analisa a violência disseminada contra as mulheres no *front* e na pátria, divulgadas na imprensa, na cultura popular e nas organizações de campanhas contra o estupro. Embora raça e classe fossem chaves determinantes para ler a violência, as representações do estupro e do assassinato de mulheres não estavam limitadas a histórias no estilo Jack, O Estripador, mas diluídas em discursos dos brancos sobre o medo de homens negros estupradores, mulheres negras que 'pediam por isso', e mulheres brancas em vias de morrer. A autora, ao citar vários exemplos dessas representações no cinema, na imprensa e na literatura popular, cruza tais informações com a existência de assédio sexual no trabalho e hostilidades, e com depoimentos de mulheres que narraram o assédio de estranhos no retorno do trabalho à noite com ruas pouco iluminadas e inseguras. Na fronteira da guerra na Europa, notícias sobre atrocidades, mutilações e estupros eram divulgadas pela imprensa estadunidense, sendo um dos casos de maior repercussão os estupros na Bélgica e mais tarde na França, que de acordo com a autora, foram impactantes para as mulheres. A prática do estupro no *front* fez com que as mulheres estadunidenses, dentro do país e na Europa buscassem cada vez mais aprender a manusear armas para autodefesa. Essa motivação fez, também, com que as mulheres passassem a reivindicar o direito à segurança na esfera pública.

As minervas estadunidenses, conscientemente mobilizadas para a Primeira Guerra Mundial, acabaram por catalisar ideias e práticas reivindicatórias que provocaram mudanças no mundo militar em relação às mulheres assim como colaboram para conquistas futuras de direitos fundamentais às cidadãs dos EUA. As conquistas foram mais expressivas no que concerne à inserção das mulheres no espaço e nas oportunidades do trabalho, sendo pouco representativas no que se refere à equidade de gênero em termos gerais, uma vez que as relações interpessoais entre homens e mulheres eram ainda fortemente marcadas por desigualdades.

A autora coloca de forma instigante, contudo, que essas atuações das mulheres no esforço de guerra nos dois *fronts* foram um importante capítulo na história global do movimento no combate à violência contra as mulheres (p.175). Apesar de uma forte cultura disseminada de violência, as mulheres profissionais (ou aquelas que buscaram usar as armas como forma de aquisição de proteção e, por que não, de poder) desafiaram os papéis masculinos de 'protetores' e da 'honra' dos homens. Ao travarem batalhas pessoais e grupais em um contexto de guerra mundial, os três grupos de mulheres estudados pela autora mostraram engajamento consciente na luta pela ampliação e conquista de espaços profissionais, bem como na ampliação de direitos civis ao público feminino.

